

GT44: Gênero, geração e saúde: experiências, narrativas e itinerários

Madiana Rodrigues, Mônica Franch

Os processos de saúde, adoecimento e cuidado estão atravessados pelas dimensões de gênero e geração, no que diz respeito aos modos de atenção, estilos de vida, relações de trabalho, políticas e respostas institucionais às ameaças à saúde e ao tipo de adoecimento que acomete as pessoas. No entanto, é raro encontrar análises, e também políticas, que se proponham a compreender a interação existente entre gênero, geração e as dinâmicas de adoecimento e cuidado em diferentes contextos sociais e culturais. No campo das políticas de saúde a incorporação de gênero e geração costuma ocorrer de forma diferenciada. Muitos estados e municípios possuem programas e políticas voltadas à saúde das mulheres (e mais recentemente a saúde dos homens), e à saúde LGBTQIA+, frequentemente como resposta às demandas do movimento feminista e do movimento LGBTQIA+. Embora essa incorporação não seja garantia de boas práticas, trata-se de uma situação que contrasta com a pouca visibilidade que os aspectos geracionais possuem na atenção à saúde, que está muito mais limitada aos extremos da vida (infância e velhice) ou que, no caso específico das mulheres, limita a compreensão do curso da vida aos aspectos reprodutivos. Nesta proposta, partimos de uma abordagem feminista da saúde, que busca articular as dimensões biológica, social e cultural na compreensão dos processos de adoecimento e cuidado, levando em consideração ainda as relações de poder, diversidades regionais e desigualdades neles envolvidas.

Mulheres na ciência, a perspectiva das mulheres que constroem uma ciência do Zika na Região Metropolitana de Recife.

Autoria: Mariana Esteves Petruceli

A epidemia de Zika trouxe alarde não somente entre moradoras e moradores da principal região afetada, o Nordeste brasileiro, mas também entre médicos, especialistas e o restante do país que temiam uma ameaça global (Diniz, 2016). Após a descoberta da ligação entre os casos de infecção por Zika Vírus (ZV) e o aumento no número de nascimentos de crianças com microcefalia por uma médica pernambucana, ficou claro que o estado de Pernambuco, e mais especificamente a Região Metropolitana de Recife (RMR), configuraram o epicentro da chamada Síndrome Congênita do Zika Vírus (SCZV). As mães das crianças afetadas pela SCZV se tornaram agentes importantes para o que chamamos de ciência do Zika, se organizando em busca de atenção midiática, tratamento e diagnóstico médico, ou seja, cuidado para seus filhos. A mobilização também ocorreu por parte dos biocientistas, cientistas especializados nas áreas convocadas para responder à essa crise sanitária como fisioterapeutas, neurologistas, pediatras e terapeutas ocupacionais que se debruçaram na busca por informações sobre o vírus e seus desdobramentos, bem como por um atendimento e assistência efetivos para as famílias afetadas. Entre os anos de 2015 e 2018, havia mais de 90 projetos de pesquisa relacionados ao Zika apenas na Região Metropolitana de Recife (Aissa Simas, 2020). Em 2022, anos após o decreto do fim da emergência sanitária decorrente do Zika Vírus, ao entrevistar especialistas que atuaram nesses projetos, na assistência ou na pesquisa, notamos padrões do que seria uma ciência feita por mulheres. As quebras das barreiras das áreas de conhecimento, a coordenação horizontal de projetos e a interdisciplinaridade é algo narrado por essas especialistas. Como a neuropediatra pernambucana que relatou a emergência sanitária para as autoridades, as mulheres parecem protagonizar mudanças importantes, deixando um legado concreto para a resposta científica em meio a crises sanitárias. Durante as entrevistas foi possível notar também o engajamento □ ou falta dele □ entre biocientistas em relação ao Covid-19. As motivações, as preocupações e as reformulações no fazer científico são investigados e relatados

nesse trabalho que procura destrinchar a ação dessas mulheres na construção das ciências da saúde e, em especial, a ciência do Zika.

[Trabalho completo](#)

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

